



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

1º de junho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <i>01/06/2017</i>	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	



Descaso com idosos

O Ministério Público constatou ontem irregularidades no Centro de Atendimento ao Idoso (Caisi) no bairro Filipinho. Falta de acessibilidade, equipamentos defeituosos, colchões velhos e banheiros sem condições de higiene são alguns dos problemas. CIDADES 2



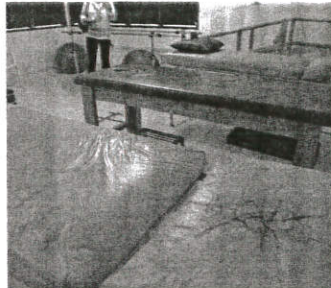
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 1 / 6 / 2017	Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MP constata irregularidades em Centro de Atendimento ao Idoso

Caisi, no bairro Filipinho, foi a unidade vistoriada ontem pelo MP e diversos outros órgãos; problemas na infraestrutura comprometem o atendimento ao público-alvo, como falta de acessibilidade em vários setores



Macas usadas na fisioterapia estão desgastadas e danificadas



Descarga do banheiro feminino está quebrada e sanitário, desgastado



Há infiltrações no teto de algumas salas do Caisi, no bairro Filipinho

Falta de acessibilidade, equipamentos defeituosos e banheiros sem condições de higiene foram alguns dos problemas registrados pelo Ministério Público (MP) durante vistoria realizada na manhã de ontem no Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Caisi), localizado no bairro do Filipinho, em São Luís. Tais problemas comprometem as atividades realizadas pelos idosos no ambiente e ainda o bem-estar deles.

A vistoria foi realizada pela Promotoria de Justiça da Defesa do Idoso e contou com a participação de outros órgãos. A atividade fez parte de uma série de fiscalizações que estão sendo feitas pelo MP em casas de abrigo de longa permanência e nos centros de atendimento à pessoa idosa, sejam eles públicos, privados ou filantrópicos.

contradas estavam a falta de acessibilidade em vários setores; pisos quebrados; paredes com a pintura desgastada; juntamente com infiltrações e cupins; equipamentos desgastados; banheiros em precárias condições de higiene; piscina com água parada sem qualquer utilização; grama alta, entre outros problemas.

As mesmas irregularidades foram observadas pela Vigilância Sanitária Municipal, que esteve no ambiente meses atrás e constatou as deficiências. Ontem, os problemas persistiam e, em alguns setores, haviam aumentado de proporção.

Uma das situações mais críticas foi observada no setor de fisioterapia Caisi. No local, os idosos estavam se exercitando em bicicletas ergométricas velhas, enferrujadas e sem condições de utilização, situação essa que trazia mais prejuízos



Buraco no piso é perigo para os idosos, que podem cair e se machucar

diminuição na quantidade de atendentes.

corrigidas e observamos uma pia no quadro. O quantitativo de

SAIBA MAIS

O Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Caisi), no Filipinho, existe há 11 anos e atende a população idosa não apenas da capital maranhense, mas de todo o Maranhão. A unidade oferece os serviços de

fonoaudiologia, fisioterapia, clínico geral, geriatria, hidroginástica, serviço social, terapia ocupacional, terapia de família, acupuntura, artes manuais, meditação, entre outros.

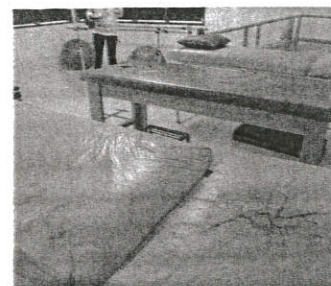
serão tomadas para resolver as irregularidades. "O projeto inicial era para existir oito unidades como essas, mas infelizmente existe apenas uma. Vamos tomar as medidas administrativas e, caso os problemas não sejam resolvidos, serão tomadas medidas judiciais", disse o promotor José Augusto Cutrim Gomes.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís em busca de um posicionamento sobre os problemas verificados no

zados por causa da falta de estrutura do asilo. Houve casos de morte dentro do asilo por causa da falta de condições do espaço.

Na atividade foi constatado que diversos cômodos do asilo estavam com os pisos quebrados, situação essa que comprometia diretamente a locomoção das pessoas idosas e aumentava a possibilidade de acidentes como já aconteceu anteriormente no local.

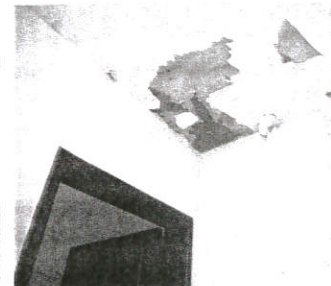
Também foi constatado que al-



Macas usadas na fisioterapia estão desgastadas e danificadas



Descarga do banheiro feminino está quebrada e sanitário, desgastado



Há infiltrações no teto de algumas salas do Caisi, no bairro Filipinho

Falta de acessibilidade, equipamentos defeituosos e banheiros sem condições de higiene foram alguns dos problemas registrados pelo Ministério Público (MP) durante vistoria realizada na manhã de ontem no Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Caisi), localizado no bairro do Filipinho, em São Luís. Tais problemas comprometem as atividades realizadas pelos idosos no ambiente e ainda o bem-estar deles.

A vistoria foi realizada pela Promotoria de Justiça da Defesa do Idoso e contou com a participação de outros órgãos. A atividade fez parte de uma série de fiscalizações que estão sendo feitas pelo MP em casas de abrigo de longa permanência e nos centros de atendimento à pessoa idosa, sejam eles públicos, privados ou filantrópicos.

Irregularidades

O promotor José Augusto Cutrim Gomes coordenou as atividades no local. Entre as irregularidades en-

contradas estavam a falta de acessibilidade em vários setores; pisos quebrados; paredes com a pintura desgastada; juntamente com infiltrações e cupins; equipamentos desgastados; banheiros em precárias condições de higiene; piscina com água parada sem qualquer utilização; grama alta, entre outros problemas.

As mesmas irregularidades foram observadas pela Vigilância Sanitária Municipal, que esteve no ambiente meses atrás e constatou as deficiências. Ontem, os problemas persistiam e, em alguns setores, haviam aumentado de proporção.

Uma das situações mais críticas foi observada no setor de fisioterapia Caisi. No local, os idosos estavam se exercitando em bicicletas ergométricas velhas, enferrujadas e sem condições de utilização, situação essa que trazia mais prejuízos para a saúde dos idosos. "Quando termino, eu saio com mais dores", relatou a aposentada Rosilda Conceição dos Santos Sousa, de 63 anos.

A falta de profissionais dentro da unidade foi outro problema observado dentro da unidade. O Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren-MA) vistoriou o centro duas vezes e observou uma



Buraco no piso é perigo para os idosos, que podem cair e se machucar

diminuição na quantidade de atendentes.

Na primeira vistoria, feita em 2015, foi observado que a unidade tinha quatro enfermeiros e seis técnicos em enfermagem. Já em março deste ano foi constatada uma diminuição, dessa vez com dois enfermeiros e quatro técnicos em enfermagem.

"Nós voltamos para averiguar se as irregularidades haviam sido

corrigidas e observamos uma pia no quadro. O quantitativo de profissionais diminuiu e houve sobrecarga de trabalho em virtude do aumento da demanda", explicou a enfermeira fiscal Djanayra Serra Nunes. Ela informou que o relatório da vistoria feito pelo Coren-MA foi encaminhado para o Ministério Público para que sejam tomadas as devidas providências. Diante dos problemas, medidas

SAIBA MAIS

O Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Caisi), no Filipinho, existe há 11 anos e atende a população idosa não apenas da capital maranhense, mas de todo o Maranhão. A unidade oferece os serviços de

fonoaudiologia, fisioterapia, clínico geral, geriatria, hidroginástica, serviço social, terapia ocupacional, terapia de família, acupuntura, artes manuais, meditação, entre outros.

serão tomadas para resolver as irregularidades. "O projeto inicial era para existir oito unidades como essas, mas infelizmente existe apenas uma. Vamos tomar as medidas administrativas e, caso os problemas não sejam resolvidos, serão tomadas medidas judiciais", disse o promotor José Augusto Cutrim Gomes.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís em busca de um posicionamento sobre os problemas verificados no Caisi do Filipinho, mas até o fechamento desta edição nenhuma resposta foi obtida.

Anterior

No dia 9, o MP fez a vistoria no asilo Solar do Oitono, localizado no bairro da Cohab. A fiscalização foi motivada após denúncias de que os idosos estavam sendo penali-

zados por causa da falta de estrutura do asilo. Houve casos de morte dentro do asilo por causa da falta de condições do espaço.

Na atividade foi constatado que diversos cômodos do asilo estavam com os pisos quebrados, situação essa que comprometia diretamente a locomoção das pessoas idosas e aumentava a possibilidade de acidentes como já aconteceu anteriormente no local.

Também foi constatado que alguns banheiros estavam interditados. Além disso, havia deficiências nas instalações elétricas e hidráulicas do asilo; ausência de medicamentos; ferragens nas estruturas metálicas das camas e outros móveis. De acordo com promotor José Augusto Cutrim, algumas das irregularidades já estão sendo solucionadas. •



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	11 / 06 / 2017	Página	5

Ministério Público do Maranhão vistoria o Caisi, no Filipinho

G. Ferreira



O promotor José Augusto Cutrim coordenou a visita ao Caisi, no bairro do Filipinho

LUCIENE VIEIRA

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, inspecionou na manhã de ontem (31) o Centro de Atenção Integral ao Idoso (Caisi), localizado no bairro do Filipinho, estabelecimento mantido pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), oferecendo serviços de atenção individual para idosos a partir dos 60 anos. Coordenou a vistoria o promotor de Justiça José Augusto Cutrim Gomes. A ação é a segunda de um programa de fiscalização de todos os asilos de São Luís,

tanto privados quanto públicos. A primeira foi realizada no dia 10 de maio, no asilo Solar do Outono, que fica na Cohab. No Caisi, a Vigilância Sanitária Municipal, a pedido do Ministério Público, já teria feito uma inspeção no dia 19 de dezembro de 2016, quando foram encontradas algumas irregularidades estruturais, segundo a enfermeira e fiscal do órgão Rosélia Santos. Mais uma vez, ela esteve no prédio para que fosse elaborado outro laudo de inspeção, assim como representantes da Secretaria de Direitos Humanos, Defensoria Pública, do Conselho Regional de Serviços Sociais, e o Conselho Municipal do Idoso.

Todos esses órgãos ficaram responsáveis por fazer relatórios e entregar os documentos ao Ministério Público, responsável para tomar as possíveis medidas. “Na primeira inspeção, constatamos a deficiência de limpeza pública e alguns reparos na estrutura do prédio. Houve também a questão da piscina, recomendamos que ela fosse esvaziada e a água tratada. Tivemos a informação hoje (ontem), de que essa área do Caisi está interditada pela direção do prédio até que as orientações sejam cumpridas”, informou Rosélia Santos. A reportagem do Jornal Pequeno registrou banheiros sujos e o revestimento de tinta do teto do

segundo pavimento descascando. No entanto, conforme os órgãos fiscalizadores, nenhum espaço chegou a ser condenado na inspeção como crítico, havendo a necessidade de reparos de manutenção. Atualmente, Centro de Atenção Integral ao Idoso garante a oferta de aulas de dança, música, pilates, meditação; além de terapias da família e consultas geriátricas. De acordo com a diretora administrativa do Caisi, Valéria Lopes Dutra, o local foi inaugurado há 11 anos, e conta com 17 mil idosos cadastrados ativos. Ela informou de existir uma média de 200 frequentadores diariamente no espaço; na terça-feira (30), foram registradas 220 frequências. Cerca de 90 profissionais multidisciplinares fazem parte do projeto. Para frequentar, basta a pessoa ter idade igual ou superior a 60 anos e apresentar o cartão de Atendimento Único de Saúde (SUS). Segundo a diretora, o Caisi recebe idosos de todos os cantos do estado. A unidade, apesar de ser mantida pela Prefeitura, recebe doações de equipamentos, roupas e mantimentos. Já o promotor de Justiça José Augusto Cutrim Gomes informou que será solicitado também, durante as vistorias, documentos de regularização do espaço, como o alvará. José Augusto informou que no total seis espaços de atendimento ou abrigo ao idoso serão vistoriados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>01 / 06 / 2017</i>	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA inspeciona Centro de Atenção à Saúde do Idoso que está caindo aos pedaços

PÁGINA 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 1 / 06 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA inspeciona Centro de Atenção à Saúde do Idoso que está caindo aos pedaços

Na manhã desta quarta-feira, 31, a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso de São Luís vistoriou o Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso (Caisi), localizado no bairro Filipinho.

O promotor de justiça José Augusto Cutrim Gomes coordenou a inspeção, que faz parte de um programa de fiscalização das unidades, privadas e públicas, de atendimento ao idoso existentes na capital, atendendo à orientação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Além do MPMA, participaram da vistoria representantes da Defensoria Pública, Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão (Cedima), Conselho Regional de Enfermagem (Coren), Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Vigilância Sanitária, Associação Nacional de Gerontologia, entre outros.

FALTA DE EQUIPAMENTOS - No centro, que é de responsabilidade da Prefeitura de São Luís, foram constatados problemas estruturais, falta de segurança, quantidade insuficiente de profissionais e escassez de equipamentos. Inclusive, alguns serviços e terapias não estão sendo oferecidos, em razão da falta de instrumentos.

Não há mais portas nas áreas externas do prédio, o que compromete a segurança da unidade. As louças dos banheiros estão desgastadas e as descargas não funcionam.



Muitos idosos dependem do CAISI do Filipinho que está cheio de problemas estruturais

Só existem cinco cadeiras de rodas e quase todas estão danificadas. Há, ainda, carência de medicamentos básicos.

A piscina está impossibilitada de uso. No momento da inspeção, estava cheia, com água suja; um único segurança cuida de uma grande área que inclui três prédios. Há relatos de ocorrências de assaltos dentro e no entorno do estabelecimento.

Sobre a escassez de profissionais, o Conselho Regional de Enfermagem (Coren) informou que realizou, em 2015, uma inspeção no local, quando constatou a existência de quatro enfermeiros e seis técnicos de enfermagem trabalhando no centro. Em março de 2017, uma nova fiscalização foi realizada, atestando que o número de

profissionais havia diminuído para dois enfermeiros e quatro técnicos.

“O que percebemos é que há uma sobrecarga de trabalho. O número de profissionais é insuficiente para prestar atendimento a idosos de todo o Estado, que diariamente recorrem ao Caisi”, enfatizou o promotor de justiça José Augusto Cutrim Gomes.

O representante do MPMA ressaltou que o projeto inicial previa a implantação pela Prefeitura de oito unidades do Caisi em São Luís. No entanto, depois de uma década, somente um centro foi inaugurado.

ATENDIMENTOS - Criado há 11 anos, o Caisi presta atendimento diário a centenas de idosos. Ao todo, estão cadastradas no local 17 mil

pessoas. Segundo a direção do estabelecimento, são oferecidos atendimentos médico e psicológico, além de serviços de terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, geriatria, acupuntura, pilates, entre outros.

Trabalham no prédio 90 profissionais, entre médicos, enfermeiros e terapeutas e demais funcionários. Na atualidade, a unidade é dirigida por Maria Goreth Cunha Bandeira.

O Ministério Público do Maranhão vai aguardar o envio dos laudos de todas as órgãos que participaram da inspeção para tomar as medidas cabíveis, com o objetivo de solucionar os problemas encontrados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	01 / 06 / 2017	Página	03
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA realiza a Operação Curumim

Ação busca coibir o envolvimento de menores com bebidas, drogas, gangues e prostituição

CARUTAPERA

Teve início no último dia 20, no município de Carutapera, a terceira fase da Operação Curumim. Idealizada pelo Ministério Público do Maranhão, a operação busca coibir o envolvimento de crianças e adolescentes com bebidas alcoólicas, drogas, gangues e prostituição. Em parceria com as Polícias Civil e Militar, Conselho Tutelar, Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Administração, a operação realizou rondas e blitzes, apreendendo bebidas alcoólicas e menores de 18 anos desacompanhados de seus responsáveis.

Os jovens foram encaminhados a uma escola do município, de onde só foram liberados mediante o comparecimento de um responsável e o compromisso de comparecerem ao Conselho Tutelar. Na madrugada do dia 26 de abril, a operação teve conti-

nuidade, resultando na apreensão de nove crianças e adolescentes e na prisão de 14 maiores de idade. As prisões em flagrante foram motivadas por desacato a autoridades e fornecimento de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Operação Curumim começou a ser elaborada em janeiro deste ano. Na primeira fase, foi feito um trabalho de articulação entre o Ministério Público, Polícia Civil, Prefeitura de Carutapera, Conselho Tutelar e Poder Judiciário. Em um segundo momento, foi feito o mapeamento dos pontos de maior ocorrência de crianças desassistidas ou em situação de risco. Paralelamente, donos de bares e estabelecimentos noturnos foram orientados a não vender nem aceitar em seus estabelecimentos a presença de menores envolvidos com álcool, drogas e prostituição. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 1 / 06 / 2017	Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

'Operação Curumim'

O Ministério Público do Maranhão, em parceria com as polícias Civil e Militar, conselhos tutelares e guardas municipais, realiza desde o dia 20, nos municípios de Carutapera e Luís Domingues, a "Operação Curumim". O objetivo é coibir o envolvimento de crianças e adolescentes com bebidas alcoólicas, drogas, gangues e prostituição.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	01 / 06 / 2017	Página	03
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Projeto João Cidadão é lançado em São Luís na PGJ

Objetivos principais são fortalecer a cultura dos direitos humanos no Brasil e fomentar a aproximação do Ministério Público com a sociedade; dezenas de alunos de 13 escolas da rede municipal participaram do lançamento do projeto

Foi lançado na manhã de ontem, em São Luís, o Projeto João Cidadão, uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com os objetivos principais de fortalecer a cultura dos direitos humanos no Brasil e fomentar a aproximação do Ministério Público com a sociedade. O evento foi realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau.

Estiveram presentes na solenidade autoridades do Ministério Público do Maranhão, da Secretaria Municipal de Educação, da Polícia Militar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de entidades da sociedade civil.

Dezenas de alunos de 13 escolas da rede municipal participaram do lançamento, aberto com a explanação do procurador-geral de Justiça em exercício, Francisco das Chagas Barros de Sotusa. "Os jovens representam o amanhã. São vocês que vão fortalecer o exercício da cidadania. Mas é bom lembrar que esta é uma via de mão dupla. Temos que conhecer os nossos direitos, mas não podemos esquecer de nossas obrigações", ressaltou.

O procurador-geral de Justiça em exercício enfatizou ainda que somente a dedicação e o empenho dos jovens poderão transformar a realidade do país. "O João Cidadão é também uma forma de aproximar o MP com a sociedade e o povo é o maior valor que um país tem, sendo fundamental para qualquer processo de mudança", completou.

Em seguida, foi a vez do promotor de Justiça da Educação de São Luís, Paulo Silvestre Avejar Silva, afirmar que os estudantes presentes no lançamento do projeto têm a responsabilidade de repassar para os colegas das escolas o conhecimento a ser adquirido nas



Grupo teatral Gamar fez apresentação sobre o Projeto João Cidadão, durante lançamento na PGJ

oficinas do evento

Combate à corrupção

O promotor de Justiça Marco Antonio Santos Amorim, diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais, apresentou o tema "O Papel do Ministério Público", discorrendo sobre as atribuições da instituição e exibindo vídeos sobre o assunto.

Na palestra, o promotor afirmou que o Ministério Público tem a fun-

ção de fiscalizar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das demais instituições, empresas, entidades e pessoas em geral. "O MP não integra um poder, mas fiscaliza todos os poderes e faz a defesa da sociedade".

Ministério Público tem a função de fiscalizar os poderes

ção de fiscalizar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das demais instituições, empresas, entidades e pessoas em geral. "O MP não integra um poder, mas fiscaliza todos os poderes e faz a defesa da sociedade".

Marco Antonio Amorim mostrou, ainda, fotos das prisões de personalidades como o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; o empreiteiro Marcelo Odebrecht e o empresário Eike Batista, como exemplo da atuação do Mi-

nistério Público no combate à corrupção e da mudança de paradigma no exercício do sistema de justiça brasileiro. "Estas pessoas, até pouco tempo atrás, jamais imaginaram que seriam presas. Isso só foi possível graças à atuação determinada do MP", ressaltou.

A apresentação do Projeto João Cidadão foi feita pela promotora de Justiça Erica Ellen Beckman, coordenadora em exercício do Centro de Apoio Operacional da Educação (CAOp-Educação). Na explanação, a representante do MPMA informou que o projeto está presente no Facebook, como forma de se aproximar do público jovem, que é o alvo da campanha. "O projeto aborda todos os temas relevantes para o MP como defesa da educação, saúde, patrimônio, meio ambiente, direitos do idoso e combate ao racismo e à corrupção", enfatizou.

Grupos de trabalho

Ainda pela manhã, os estudantes formaram grupos de trabalho, sob a orientação de promotores de justiça, para discutir os temas saúde e políticas públicas de combate às drogas; educação com qualidade; estado democrático de direito e

combate à corrupção; igualdade e inclusão social e combate à intolerância; consumo consciente e cidadania digital e liberdade de expressão responsável. No final, os representantes dos alunos apresentaram o resultado das discussões.

Houve ainda a apresentação do grupo teatral Gamar sobre o Projeto João Cidadão, encenada por alunos do Centro de Ensino Maria José Aragão, da Cidade Operária, sob a coor-

O projeto está presente no Facebook

denação do professor Wilson Chagas.

Também participaram da abertura a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, Sandra Elouf; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Amppem), Tarcisio Bonfim; a diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), Ana Tereza Silva de Freitas; o secretário municipal de Educação, Moacyr Feitosa; o representante da Polícia Militar, major Marcos Davi, entre outros. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 01/06/2017	Página 03		

PREVENÇÃO ÀS DROGAS

A Campanha Maranhão na Prevenção às Drogas foi lançada em mais duas cidades maranhenses, os municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. Os eventos contaram com a participação dos membros do Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, além de autoridades, lideranças comunitárias e estudantes. A coordenadora da Comissão Externa sobre Consumo de drogas entre jovens e membro do comitê estadual, deputada federal Eliziane Gama (PPS-MA) também participou dos dois eventos e comemorou o engajamento das autoridades e da sociedade civil nas ações de prevenção. O Comitê Estadual de Prevenção às Drogas é formado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, Polícia Rodoviária Federal e Câmara dos Deputados, através da Comissão Externa sobre consumo de droga entre jovens do Brasil e ainda pela FAMEM, Governo do Estado, Polícia Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01 / 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Vereadores autorizam início do processo de extinção da Coliseu

Empresa deixou de operar na limpeza pública desde 2007; Prefeitura de São Luís deverá pagar cerca de R\$ 100 milhões para liquidar a companhia

CARLA LIMA
Subeditora de Política

A maioria dos vereadores de São Luís aprovou o Projeto de Lei 077/2017, do Poder Executivo, que autoriza a Prefeitura da capital a iniciar o processo de liquidação da Companhia de Limpeza e Serviços Públicos, Coliseu. Somente os vereadores Marcial Lima (PEN), Francisco Chaguinhas (PP) e Estevão Aragão (PSB) votaram contra a proposta.

O projeto de lei não entrou na Ordem do Dia na Câmara Municipal de São Luís. No entanto, o líder do Governo na Casa, vereador Pasão Filho (PDT), pediu que a proposta fosse incluída e sua votação, feita em regime de urgência.

A maioria dos vereadores aceitou a proposta do pedetista. A votação foi iniciada e, sem problemas, aprovada.

Segundo prevê agora a lei aprovada na Câmara, a Coliseu poderá ser liquidada. Para isso, segundo relatório da Prefeitura apresentado aos vereadores, será necessário o pagamento de dívidas que a empresa possui.

Segundo o secretário municipal de Urbanismo e Habitação e também responsável pelo processo de liquidação da Coliseu, Diogo Lima, a empresa deve em tributos federais relacionados com a lei trabalhista cerca de R\$ 100 milhões. Há um montante, por exemplo, de dívida já executada do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que ultrapassa R\$ 50 milhões.

Outro problema que a gestão municipal terá de enfrentar é eliminar as dívidas com os chamados passivos, servidores que estão com tempo de se aposentar, ou já faleceram ou estão inválidos, mas ainda não se aposentaram porque a Coliseu não pagou os débitos trabalhistas. Esses débitos, segundo relatório da gestão municipal, chegam a 8% do orçamento anual da Prefeitura de São Luís.

"Com a aprovação desta lei, po-



Diogo Lima justificou a impossibilidade de manutenção da Coliseu, que consome R\$ 9 milhões anuais

SAIBA MAIS

Prefeitura quer evitar cortes

Pela proposta da Prefeitura de São Luís, segundo informou Diogo Lima a **O Estado**, não serão demitidos funcionários da Coliseu que ainda estão na ativa e em condições de trabalho. Uma parte do quadro da empresa

já está disponibilizada para outros órgãos e assim deverá ser mantida. "Não temos interesse em tirar qualquer funcionário que tem condição de trabalho e está em pleno exercício", afirmou Diogo Lima.

deremos reduzir a folha de pagamento da Coliseu em dois terços", afirmou Diogo Lima.

Atualmente, existem mais de 500 funcionários no regime da CLT, cujo valor total de pagamento de vencimentos chega a R\$ 9 milhões por ano. Com a lei aprovada na Câmara, ainda segundo Lima, esse valor terá uma redução inicial superior a R\$ 3,6 milhões.

Reclamações

Os vereadores Estevão Aragão, Chaguinhas e Marcial Lima votaram contra a proposta. O primeiro foi o autor do pedido de vistas quando o projeto de lei entrou em pauta na semana passada. Aragão buscava informações sobre quantidade de funcionários e condições trabalhis-

tas desses servidores.

Na segunda-feira, 29, o presidente da Câmara, Astro de Ogum (PR), retirou a proposição de pauta para que a relação dos funcionários fosse apresentada. O que ocorreu somente ontem.

Francisco Chaguinhas cobrou transparência. "Esse projeto aprovado não tem sido clam nem no começo, no meio e no fim. Seria preciso averiguar item por item", disse o parlamentar.

Em resposta aos parlamentares, Diogo Lima disse que a continuidade da Coliseu é inviável. "Não é viável nem do ponto de vista do planejamento, nem do financeiro, nem do devido respeito aos trabalhadores da Coliseu, um processo de liquidação traumático", finalizou.

Coliseu começou a ser liquidada em 2007

Por meio de decreto, o então prefeito de São Luís, Iadeu Palácio, deu início ao processo de liquidação da Coliseu em 2007. Nessa gestão, houve pouco avanço, já que a Coliseu trabalha ainda em conjunto com as empresas Limp Fort e Limpel, contratadas por Palácio para realizar a limpeza pública em São Luís.

Na gestão do ex-prefeito João Castelo, a liquidação parecia que iria avançar. Servidores foram contratados pela empresa para a formação de uma comissão de liquidação. No entanto, o processo também não avançou.

Os débitos trabalhistas da empresa e a necessidade de negociação para parcelamento da dívida só seriam possíveis mediante previsão em lei.

Não há uma previsão final para o fechamento total da Coliseu. O que há de dívida de passivo deverá ser encerrada somente em 2019. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 11/6/2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Madeira vai recorrer de "condenação injusta"

Em entrevista a **O Imparcial**, ex-prefeito de Imperatriz criticou atuação do TJ e pedirá anulação de julgamento para poder concorrer à Câmara Federal em 2018

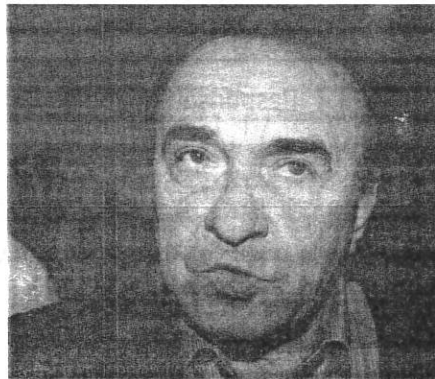
PAULO DE TARSO JR.

“Nunca pensei que proteger o município fosse improbidade administrativa”. A afirmação do ex-prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira (PSDB), que teve os direitos políticos suspensos pelos próximos cinco anos após o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) ter decidido manter sua condenação por ato de improbidade administrativa. Em entrevista a **O Imparcial**, Madeira confirmou que irá recorrer da decisão e pedir anulação do julgamento por acreditar que sua “condenação é injusta”.

Sebastião Madeira afirma que seu julgamento foi a revelia. O ex-prefeito criticou o cerceamento de sua defesa por parte do TJ-MA. A postura do tribunal deverá ser o ponto-chave de sustentação de sua defesa na busca por absolvição.

O ex-prefeito de Imperatriz foi condenado por ter contratado serviços de limpeza pública sem licitação. Na entrevista a **O Imparcial**, Sebastião Madeira garantiu que suas ações tiveram o objetivo de beneficiar o município.

A condenação atrapalhou as pretensões de Madeira para as eleições de 2018. O desejo em tentar se tornar deputado federal pela quinta vez, ou até mesmo senador, ainda existe, mas vai depender se conseguir reverter a decisão judicial. Caso volte a perder no TJ-MA, o experiente político recorrerá ao superior Tribunal de Justiça.



“Eu nunca pensei, nos meus piores pesadelos, que economizar, proteger o município e os trabalhadores fosse improbidade administrativa”

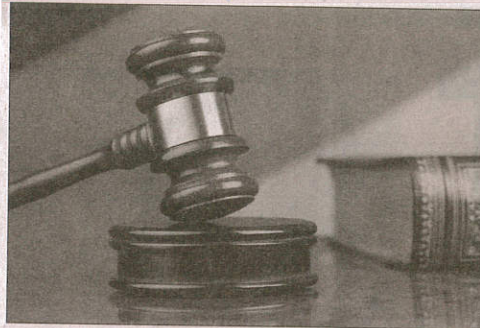
Sebastião Madeira, ex-prefeito de Imperatriz



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Aconteceu</i>
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>01</i> / 06 / 2017	Página <i>02</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa



Justiça condena ex-prefeitos do Maranhão

Sentenças assinadas pelo juiz Raphael de Jesus Serra Ribeiro Amorim, titular da comarca de Humberto de Campos, condenam os ex-prefeitos do município e de Santo Amaro do Maranhão, respectivamente, Raimundo Nonato dos Santos (Humberto de Campos), Francisco Lisboa da Silva e Manoel Jaime Rodrigues da Cruz (Santo Amaro) por atos de improbidade administrativa. Entre as suspensões impostas ao ex-gestor Raimundo Nonato, a suspensão dos direitos políticos por três anos; pagamento de multa civil de 25 vezes o valor da remuneração percebida pelo requerido no cargo de prefeito, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios fiscais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Outros
DATA 01/06/2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Docentes da Uema se mobilizam por salários

Em setembro de 2016, o Governo do Estado firmou acordo com três pontos, mas dois não foram cumpridos

Professores da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) fizeram uma mobilização em frente à instituição para chamar a atenção da sociedade para o descumprimento, pelo Governo do Estado, de acordos firmados sobre a incorporação salarial da categoria. Segundo a Associação dos Professores da Uema (Apruema), se não houver avanços nas negociações, haverá paralisação após o término do primeiro semestre letivo da universidade.

Os professores, de ativa e aposentados, se concentraram em frente ao portão principal de acesso à Uema. A mobilização ocorreu com um café da manhã aberto a toda a sociedade. Durante a mobilização, foi entregue a quem chegava à universidade uma carta aberta à população, na qual a Apruema esclarecia os motivos do ato. "Desde setembro do ano passado (portanto, há oito meses) o governo, aproveitando nossa disposição para negociar, argumenta ser impossível conceder um aumento, por menor que seja", diz o documento.

Em setembro de 2016, o Governo do Estado, representado pela Casa Civil, e a Apruema firmaram um acordo com três pontos. O primeiro era a concessão de uma gratificação técnica para os professores. O segundo, o pagamento de URV para os professores aposentados, e o terceiro a incorporação da gratificação técnica aos vencimentos, o que deveria ter acontecido em março des-

NÚMEROS

700 professores estão na ativa na Uema

240 professores são aposentados

Concentração foi em frente ao portão principal

te ano. "O governo cumpriu o primeiro ponto, mas vem nos enrolando para cumprir os outros dois", afirmou Ubiraci Silva Nascimento, presidente da Apruema.

Exclusão

Segundo Ubiraci Silva, a gratificação técnica exclui os professores aposentados, pois apenas os de ativa podem receber o benefício. Por isso, ficou acertado o pagamento de URV e a incorporação da gratificação técnica aos vencimentos, pois assim tanto os professores de ativa quanto os aposentados e pensionistas seriam beneficiados. "O governo alega que não tem como arcar com os impactos financeiros do pagamento da URV e da incorporação

da gratificação técnica aos vencimentos", afirma o presidente da Apruema.

Além de acordo com a entidade, docentes do ensino superior da Uema, dependendo da carga horária, estão com vencimentos inferiores aos dos professores dos ensinos fundamental e médio do estado. Ainda de acordo com a direção da Apruema, a entidade continua aberta para o diálogo, mas, se não houver uma definição por parte do Governo do Estado para solucionar o impasse, as atividades letivas do segundo semestre não serão iniciadas.

Em reunião realizada no Palácio dos Leões, dia 9 de maio, entre a direção-comissão da Apruema com a Casa Civil e a Secretaria de Controle e Transparência, foi apresentada uma contraproposta aos professores. Segundo a proposição, o governo pagaria o que chamam de Gratificação Perene, que seria implantada a todos os docentes da Uema (ativos e aposentados), por meio de um projeto de lei (PL) que seria elaborado e encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado. Entretanto, de acordo com a Apruema, se aprovado, o PL implicaria em alterações na Lei 5.931 de 1994, que rege o Plano de Cargos e Salários da Uema. Por isso, a contraproposta foi rejeitada por unanimidade pela classe docente.

O Estado entrou em contato com o Governo do Maranhão, que não respondeu até o fechamento desta edição.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA <i>01</i> / 06 / 2017	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Crimes

A elucidação da morte dos policiais militares Carlos Alberto Constantino Sousa e Júlio César da Luz revelou uma rede criminosa nas entranhas do Sistema de Segurança Pública.

De acordo com a Polícia Civil, três policiais militares foram os responsáveis pela execução dos colegas de farda.

E tudo isso, segundo a própria polícia, porque os militares estavam envolvidos com crimes de extorsão, assaltos e associação criminosa.

Extorsão

Os policiais militares Carlos Alberto Constantino Sousa e Júlio César da Luz Pereira, desaparecidos desde novembro do ano passado, também estariam envolvidos com crimes.

O assassinato deles foi desvendado nesta semana, mas também acabou sendo revelado que eles teriam envolvimento em extorsão, assaltos e associação criminosa com outros PMS.

A informação foi revelada pela Secretaria de Segurança Pública na manhã de ontem, durante coletiva à imprensa após a prisão de dois dos três acusados do assassinato.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Página Três</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>01</i> / 06 / 2017	Página <i>03</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Maranhão terá 10 novos presídios

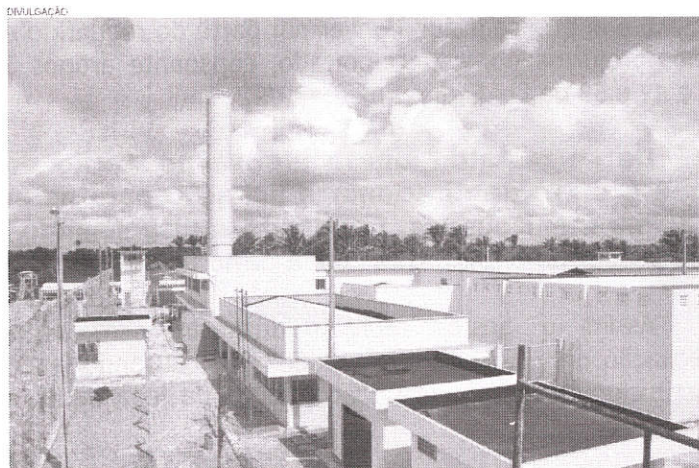
Governo do estado anuncia a construção de mais 10 novos presídios, dois deles na capital e oito no interior do estado, além da aquisição de novos veículos e equipamentos

Depois de abrir, nos últimos dois anos, mais de 1.600 novas vagas, com a entrega de seis unidades prisionais, e investir forte em segurança e modernização carcerária, o governo do estado segue com os investimentos e anuncia a construção de mais 10 novos presídios, dois deles na capital e oito no interior, além da aquisição de novos veículos e equipamentos. O objetivo é seguir cumprindo as metas de avanços no sistema penitenciário, e beneficiar unidades que ainda não dispõem de Portarias Unificadas, conjunto de ações e equipamentos para realizar a inspeção de pessoas e objetos com mais eficiência e sem ser vexatório.

Coordenado pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), o projeto, que já começa a ser executado no segundo semestre deste ano, prevê a abertura de 3.650 novas vagas, apenas com essas novas construções, sem contar com as quase 2 mil vagas a serem abertas com as reformas em andamento. "Com essas novas obras concluídas, a gestão terá entregue mais de 7.200 novas vagas, em três anos", destaca o secretário da Seap, Murilo Andrade de Oliveira.

As duas primeiras novas unidades serão construídas na capital, e ficarão ao lado do Complexo Penitenciário São Luís, já revitalizado, boa parte com mão de obra dos próprios internos que trabalham na fábrica de blocos de concreto e meio-fio. Sendo um de segurança máxima, com capacidade de 120 vagas; e outro com 306 vagas. De imediato, os novos presídios já vão operar com o benefício da Portaria Unificada, bem como todos os demais aparatos tecnológicos que funcionam plenamente, desde 2016.

"Dessas dez novas unidades, quatro já estão em fase de estudos para funcionarem por meio de Parceria Público Privada (PPP). Porém, ao contrário dos exemplos que deram errado no



O projeto que já começa a ser executado no segundo semestre deste ano prevê a abertura de 3.650 novas vagas



Com essas novas obras concluídas, a gestão terá entregue mais de 7.200 novas vagas, em três anos

Murilo Andrade, secretário da Seap

restante do país, aqui, no Maranhão, esse modelo será executado somente com gestão do Executivo, cabendo ao setor privado apenas a oferta de serviços e fornecimento de equipamentos de qualidade. A ideia é manter o controle do Estado sobre o gerenciamento dessas respectivas unidades", explicou o secretário Murilo Andrade.

Além das obras de construção das unidades prisionais, os agentes penitenciários vão contar, nos próximos meses, com 52 novos veículos equipados e caracterizados, que contribuirão para o transporte de presos para audiências e, também, aten-

dimentos de saúde nos hospitais da Região Metropolitana de São Luís. "Ao todo serão 38 viaturas, 10 motos, 3 vans, e 1 ambulância que serão acrescidas às 60 já em uso. Incluindo as novas unidades prisionais, serão mais de R\$ 80 milhões investidos", acrescenta o secretário. Frota e equipamentos

A nova frota beneficiará todas as 39 unidades prisionais do estado. Os veículos também atenderão às atividades do Núcleo de Escolta e Custódia (NEC) e do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop), bem como do setor responsável pelo transporte de presos às unidades de

saúde fora do Complexo Penitenciário São Luís. Para fortalecer ainda mais a segurança interna das unidades carcerárias da capital, serão adquiridas 430 armas, entre letais e não letais.

"Faremos a aquisição de 250 pistolas e 55 carabinas táticas, ambas .40; além de 20 carabinas 556; 45 espingardas calibre 12; 50 dispositivos eletroincapacitantes; e 10 lançadores de munições químicas. Nesse pacote, teremos mais de 85 mil munições, compatíveis; e kits antitumulto; 250 escudos; mais de mil sprays; e granadas químicas, todos estes autorizados e utilizados conforme a legislação vigente", explica o secretário adjunto de Administração, Logística e Inovação Penitenciária, Rafael Velasco.

Com mais esse investimento na segurança carcerária, o governo do Maranhão vai equiparar os outros presídios às unidades que já possuem a Portaria Unificada. "Vale lembrar que esses investimentos tiraram o Maranhão do topo [do ranking que mede a taxa de violência prisional] e o colocaram em último no ranking que mede a taxa de violência prisional, no país", completou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros
DATA 11/6/2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Vinte e oito réus serão julgados pelo Tribunal do Júri de São Luís no mês de junho

No mês de junho as quatro varas do Tribunal do Júri de São Luís realizarão 28 sessões de julgamentos de acusados pela prática de crimes contra a vida, incluindo homicídio e tentativa de homicídio. Serão 5 sessões na 1ª Vara do Tribunal do Júri, 10 na 2ª Vara; 3 na 3ª Vara e 10 na 4ª Vara. As varas do júri estão instaladas no 3º piso do anexo do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau.

Entre quatro unidades do júri, a 3ª vara realizará em junho três sessões que haviam sido adiadas por motivos diversos. O primeiro julgamento está marcado para o dia 02/06 e tem como acusados Hellismackson Nunes Baima e Rafael do Nascimento (vítima: Carlos Vagner Amorim Conceição). Na sequência, em 05/06 será julgado o acusado Wanderson Cantanhede Santos (vítima: Zózimo Gomes); e no dia 07/06 acontece o julgamento de Ronald da Paz Gomes.

Na 1ª Vara do Júri, as sessões terão início dia 12/06, com o julgamento de Francisco Chagas Nogueira e William

de Jesus Santos (vítima: Antônio Marcos Costa Leite); dia 19/06 – Josias Ribeiro da Costa (vítima: Miguel Fabrício Queiroz); 21/06 – Marciel Resende de Meneses Bezerra (vítima: José Pestana dos Santos Júnior); 23/06 – Adalberto de Assunção Santos (vítima: Israel Lobo da Silva); e dia 26/06 – Michael Saraiva Galino (vítima: Benedito Pereira).

A 2ª Tribunal do Júri julga no dia 01/06 os acusados Anderson Roberto Gama e Raimundo Nonato Santos Filho (vítima: Cleuson Moraes Fonseca); depois no dia 05/06, o acusado Jadson Ribeiro Marinho (vítima: Flávio Henrique Madeira Abreu); em seguida, 07/06 – Daniel Lima Lira (vítima: Samuel Costa Gusmão); dia 09/06 – Reginaldo Sousa Araújo (vítimas: Evaldo Santos Sampaio e José de Jesus); dia 12/06 – Josiel de Jesus Saraiva e Vanda de Jesus Saraiva Pereira (vítima: Lio Silva do Nascimento).

A pauta da 2ª Vara do Júri prossegue dia 19/06 – com o julgamento de José Ribamar de Luna Pinheiro (vítimas: José Alex da Silva e José Rai-

munho Sousa Frazão); dia 21/06 – Wedson Marcos Pereira (vítimas: Wilson Marcos Pereira e Elessandro Feitosa); dia 23/06 – André Anderson Pires Ferreira (vítima: José Ribamar Almeida Filho); e dia 26/06 – Joubertson Cabral Sampaio (vítima: Diego dos Santos de Menezes).

A 4ª Vara do Júri, com 10 julgamentos programados para o mês de junho, abre sua pauta no dia 05/06 com a sessão dos acusados Gleydson Waldek Ribeiro Santos, Edson José Nascimento Prado e Leandro Chaves Ramos; e prossegue dia 07/06, com o julgamento de Nilmarques de Jesus Cardoso Diniz; dia 09/06, com Leandro Moraes Barbosa; 12/06 – Cleyton Cardoso Sousa; 14/06 – Junielton Ribeiro; 19/06 – José Nilton dos Santos Mendes; 21/06 – Rafael Richardson Lopes Carvalho; 23/06 – Fernando Douglas Mota; 26/06 – Luís Fernando Negreiros Cardoso; 28/06 – Marccone Santos Cantanhede, Rogério Henrique Silva Ribeiro e Sérgio Adriano Ferreira Silva.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros VIDA
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 16/10/2017	Página 4	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Policiais presos

Preso dupla suspeita de envolvimento no assassinato de dois militares no ano de 2016. Os corpos das vítimas permanecem desaparecidos

ESAU ARAUJO

A Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP) prendeu dois suspeitos de assassinar o cabo PM Júlio César da Luz Pereira e o soldado PM Carlos Alberto Constantino Sousa. O crime aconteceu na cidade de Buriticupu, interior do estado, no dia 17 de novembro de 2016. Os corpos dos PMs continuam desaparecidos desde então.

Os supostos assassinos dos militares foram identificados e presos temporariamente, como o tenente PM Josuel Alves Aguiar e soldado PM Tiago Viana Gonçalves, ambos ingressados no ano de 2014 na Polícia Militar.

Os dois foram presos na noite da terça-feira (30), mas um terceiro envolvido continua sendo procurado. Trata-se do soldado PM Glaydstone de Sousa Alves, que também teve o mandado de prisão expedido pela justiça. Segundo os delegados que investigam o caso, Glaydstone tem até cinco dias para se apresentar à polícia ou então será dado como foragido.

O secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), Jefferson Portela, disse que os suspeitos foram presos a pedido da delegada Nilmar da Gama Rocha. "Nós havíamos pedido a prisão no mês de fevereiro para o juiz da Comarca de Buriticupu e o juiz se deu como incompetente. O juizado de Buriticupu não pode julgar



A hipótese é que se trate de um homicídio qualificado. Equipes da SHPP estão trabalhando para encontrar os corpos das vítimas

Jefferson Portela, Segurança Pública do Maranhão



Os corpos do cabo Júlio e do soldado Carlos não foram encontrados

Entenda o caso

Os policiais Alberto Sousa e Júlio Pereira desapareceram no dia 17 de novembro, na cidade de Buriticupu. Na época, o carro que estava sendo usado pela dupla, pertencente ao soldado Carlos Alberto, foi localizado dias depois do desaparecimento em um assentamento na zona rural do município. Além disso, na rua que desapareceu, o soldado Alberto Sousa se apresentou, na 14ª Companhia Independente da Polícia Militar, ele nem chegou a cumprir todo o expediente,

ainda é uma incógnita. Desde o dia 17 de novembro estão desaparecidos. A hipótese é que se trate de um homicídio qualificado. Equipes da SHPP estão trabalhando para encontrar os corpos das vítimas". Jefferson Portela ainda reve-

munica do Maranhão (SSP-MA),

Jefferson Portela, disse que os suspeitos foram presos a pedido da delegada Nilmar da Gama Rocha. "Nós havíamos pedido a prisão no mês de fevereiro para o juiz da Comarca de Buriticupu e o juiz se deu como incompetente. O juizado de Buriticupu não pode julgar o caso por se tratar de um crime militar. Logo, o caso foi encaminhado para a Justiça Militar", disse Jefferson Portela.

Segundo ele, a investigação aponta para existência de uma associação criminosa. "É lamentável, mas esse é o fato. A prisão de Glaydstone é uma questão de tempo". O corpo dos militares

ainda é uma incógnita. Desde o dia 17 de novembro estão desaparecidos. A hipótese é que se trate de um homicídio qualificado. Equipes da SHPP estão trabalhando para encontrar os corpos das vítimas".

Jefferson Portela ainda revelou que essa quadrilha realizava a apreensão de bens e extorsão em relação a esses bens. "Esse é o momento de quem foi vítima da quadrilha se posicionar. Acreditamos que, com a prisão deles e a prisão decretada, o cidadão, que foi vítima, irá fazer as suas denúncias".

Quando interrogados, os po-

Entenda o caso

Os policiais Ademir Sousa e João Pereira desapareceram no dia 17 de novembro, na cidade de Buriticupu. Na época, o carro que estava sendo usado pela dupla, pertencente ao soldado Carlos Alberto, foi localizado dias depois do desaparecimento em um assentamento na zona rural do município. Além disso, na rua que desapareceu, o soldado Alberto Sousa se apresentou, na 14ª Companhia Independente da Polícia Militar, ele nem chegou a cumprir todo o expediente, pois depois do seu poder não sair mais cedo. No dia seguinte, Jefferson Portela e o soldado Carlos Alberto foram presos. Desde o dia 17 de novembro, os corpos dos policiais não foram encontrados em Arame e 24 Docas, mas nada foi encontrado nas duas ca-

lísticas militares negaram envolvimento no crime. "Eles negaram qualquer envolvimento. Agora eles serão reinquiridos após a prisão decretada. Provavelmente, a quadrilha recebeu algo em troca para praticar esses atos", concluiu Jefferson Portela.

suspeitos, ao perceber a presença da viatura, tentou fugir com uma sacola na mão.

o plantão do Itaquá-macanga para serem tomadas as providências cabíveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 16/12/2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Acusados são presos pela morte de militares em Buriticupu

Os autores foram identificados como os policiais militares, o Ten. Josuel Alves Aguiar, o Soldado Tiago Viana Gonçalves e o Soldado Glaydstone de Sousa Alves, este ainda foragido.



Os policiais estavam desaparecidos desde o dia 17 de novembro de 2016

Em coletiva à imprensa realizada na Secretaria de Segurança Pública, ontem (31), no Auditório Leofredo Ramos, a cúpula da segurança esclareceu algumas ações criminosas, onde envolveu a morte de dois policiais militares. As vítimas identificadas como Cabo Júlio Cesar da Luz Pereira e o Soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, ambos mortos em Buriticupu. Os acusados após investigados pela Polícia Civil foram presos

Os policiais Militares Cabo Júlio Cesar da Luz Pereira e o Soldado Carlos Alberto estavam desaparecidos desde o dia 17 de novembro de 2016, no município de Buriticupu. Desde então, as investigações realizadas pela Polícia Judiciária fora realizada a contento e encaminhado o cumprimento de Mandado de Prisão à Justiça, contra os acusados, estando sob análise da Justiça.

Durante a coletiva, o Secretário de Segurança Pública

são suspeitos por desvio de conduta com práticas de crimes com associação criminosa. O desaparecimento deles, nada tem a ver com as ações lícitas da atividade policial", considerou.

O Secretário disse ainda: "A Atividade policial é séria, não trabalhamos com versões, mas com investigação. As investigações acerca dos mesmos, foram por conta das suas ações ilícitas. Houve envolvimento deles pelos crimes de assaltos,

por outro Juiz e desta vez inclinado e decretado a prisão dos acusados. O que sabemos, é que as vítimas, também policiais, foram chamadas para uma ação não autorizada, onde saíram em busca de apreender maquiagem, como se fosse um trator e um cambião. O Josue Alves teria ligado para o Carlos Alberto no sentido que realizassem a missão. Resultando no sumiço dos mesmos. Durante asitivas fora descoberto, que havia um desacordo entre os policiais. O inquérito policial continua, restando apenas saber, a motivação e a localização dos desaparecidos. A prisão dos envolvidos é essencial para se esclarecer acerca de crime", finalizou.

Responsável pela investigação do caso, o superintendente de Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), Leonardo Diniz, que contou ainda, com a cooperação da delegada Nilmar da Gama e sua equipe, destacou que as investigações estão apenas iniciando, no sentido que todas as dúvidas possam ser respondidas. O delegado Leonardo Diniz disse ainda: "A investigação continua no sentido que o soldado Glaydstone de Sousa Alves deverá se apresentar em até 05 dias, não acontecendo ele será considerado desertor. As investigações apontaram ainda, sobre o caso, que uma pessoa conhecida por "DAL" teria sido procurado para acompanhar os policiais, mas que no momento marcado, teria sido descartado. No outro dia, e



Os policiais estavam desaparecidos desde o dia 17 de novembro de 2016

Em coletiva à imprensa realizada na Secretaria de Segurança Pública, ontem (31), no Auditório Leofredo Ramos, a cúpula da segurança esclareceu algumas ações criminosas, onde envolveu a morte de dois policiais militares. As vítimas identificadas como Cabo Júlio Cesar da Luz Pereira e o Soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, ambos mortos em Buriticupu. Os acusados após investigados pela Polícia Civil foram presos pela Polícia Militar. Os autores foram identificados como os policiais militares, o Ten. Josuel Alves Aguiar, o Soldado Tiago Viana Gonçalves e o Soldado Glaydstone de Sousa Alves, este ainda foragido.

Ação criminosa dos envolvidos acerca da morte dos dois policiais militares eram lotados na mesma unidade das vítimas.

Os policiais Militares Cabo Júlio Cesar da Luz Pereira e o Soldado Carlos Alberto estavam desaparecidos desde o dia 17 de novembro de 2016, no município de Buriticupu. Desde então, as investigações realizadas pela Polícia Judiciária fora realizada a contento e encaminhado o cumprimento de Mandado de Prisão à Justiça, contra os acusados, estando sob análise da Justiça.

Durante a coletiva, o Secretário de Segurança Pública Jefferson Portela salientou, que "Os policiais que foram citados como desaparecidos estavam sendo investigados anteriormente pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), por conta de envolvimento em crimes outros. Com antecedentes e depois ocasionando no desaparecimento dos mesmos. Eles

são suspeitos por desvio de conduta com práticas de crimes com associação criminosa. O desaparecimento deles, nada tem a ver com as ações lícitas da atividade policial", considerou.

O Secretário disse ainda: "A Atividade policial é séria, não trabalhamos com versões, mas com investigação. As investigações acerca dos mesmos, foram por conta das suas ações ilícitas. Houve envolvimento deles pelos crimes de assaltos, extorsões e demais atividades ilícitas contra o crime. Após o desaparecimento dos mesmos, fora realizado uma investigação e realizado o pedido de Mandado de Cumprimento de Prisão contra três acusados, mas o pedido de prisão ficou sendo analisado, sendo somente agora o cumprimento de Mandado de Prisão fora apreciado

fora descoberto, que havia um desacordo entre os policiais. O inquérito policial continua, restando apenas saber, a motivação e a localização dos desaparecidos. A prisão dos envolvidos é essencial para se esclarecer acerca de crime", finalizou.

Responsável pela investigação do caso, o superintendente de Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), Leonardo Diniz, que contou ainda, com a cooperação da delegada Nilmar da Gama e sua equipe, destacou que as investigações estão apenas iniciando, no sentido que todas as dúvidas possam ser respondidas. O delegado Leonardo Diniz disse ainda: "A investigação continua no sentido que o soldado Glaydstone de Sousa Alves deverá se apresentar em até 05 dias, não acontecendo ele será considerado desertor. As investigações apontaram ainda, sobre o caso, que uma pessoa conhecida por "DAL" teria sido procurado para acompanhar os policiais, mas que no momento marcado, teria sido descartado. No outro dia, e Dal teria sido descartado pelos policiais, quando fora saber acerca de qual missão seria. As investigações ouviram mais de 40 pessoas, o que qualificou as investigações. Os policiais presos por envolvimento no crime, e apenas uma parte dos trabalhos. A prisão temporária fora pedida para uma investigação mais continuada", afirmou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 01 / 06 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Cabo e soldado da PM foram mortos pelos próprios colegas de farda

O motivo do desaparecimento do cabo PM Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, não estaria relacionado com o exercício de atividades policiais líticas, mas sim, de desentendimentos com outros componentes da quadrilha da qual faziam parte.

De acordo com o superintendente de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), Leonardo Diniz, o cabo e o soldado faziam parte do mesmo grupo de policiais e teriam sido punidos pelos comparsas porque estavam levando vantagem sobre o resto do bando.

Segundo a Secretaria de

Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), que acompanha o caso, o tenente Josuel Alves de Aguiar foi preso em São Luís e o soldado Tiago Viana Gonçalves foi preso em Bom Jesus das Selvas. Já o também soldado Gladstone de Sousa está foragido e caso ele não se apresente em cinco dias será considerado um desertor da Polícia Militar.

Os suspeitos envolvidos nos assassinatos do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, no município de Buriticupu, estão presos no quartel do Comando Geral da PM, no bairro Calhau.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>01</i> 06 / 2017	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Buriticupu Policiais militares desaparecidos estavam envolvidos em crimes, garante cúpula da SSP



Cúpula da Secretaria de Segurança trata sobre as investigações, a prisão do tenente Josuel e do soldado Tiago Vinna, além das buscas pelo soldado Glaydstone

Dois outros PMs presos como suspeitos pelo sumiço do cabo César e do soldado Carlos Alberto, ocorrido em 17 de novembro de 2016

A cúpula da Secretaria de Segurança apresentou detalhes das investigações sobre o desaparecimento de dois policiais militares na cidade de Buriticupu, em novembro do ano passado. Durante entrevista coletiva, também foi tratado sobre a prisão de um tenente e um soldado, que teriam participação no sumiço do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa. Os representantes da SSP esclareceram que o crime está relacionado com diversas atividades criminosas praticadas pelos militares desaparecidos e pelos dois presos, além de outro soldado que está foragido.

PÁG. 1 [C2]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 16 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

SSP-MA investiga crimes envolvendo policiais mortos e vivos em Buriticupu

Os policiais militares Tiago Viana Gonçalves, 33 anos, e Josiel Alves Aguiar, 34 anos, foram presos por suspeita de envolvimento em vários crimes na cidade de Buriticupu. A polícia busca por mais um militar, o soldado Gladstone de Sousa Alves, 34 anos, que está foragido.

Foram abertos inquéritos penal e administrativo para apurar a conduta dos suspeitos. Na lista de crimes atribuídos ao trio está homicídio qualificado, ocultação de cadáver, associação criminosa, apropriação indevida, extorsão, formação de quadrilha e coação. Os policiais estão em prisão temporária, mas será solicitada a preventiva.

As informações sobre o andamento das investigações foram apresentadas, na tarde desta quarta-feira (31), durante coletiva à imprensa, na sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SPP), na Vila Palmeira. Desde o início das investigações, 42 pessoas, entre policiais militares, civis e outras testemunhas foram ouvidas.

Serão acionados ainda para prestar informações membros do Quartel Militar e da Delegacia Civil de Imperatriz, além da Delegacia de Buriticupu.

Tiago Viana, Josiel Alves e Gladstone de Sousa são suspeitos do desaparecimento e possível homicídio do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, vistos pela últi-



A cúpula da Segurança Pública participou da coletiva de imprensa que expôs a realidade perversa dos policiais

ma vez em 17 de novembro do ano passado, quando saíram juntos em uma caminhonete Triton L-200 preta, fora do turno de serviço e à paisana.

Os dois teriam sido atraídos para realizar o roubo de veículos de carga. Em depoimento, os suspeitos negaram qualquer conversa neste sentido com os policiais.

Durante a coletiva, o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, condenou os desvios de conduta e enfatizou a firmeza das investigações. "Fico indignado com policiais no crime, pois, ao fazerem o juramento, estão diante de suas famílias, da corporação e da sociedade se comprometendo a honrar a missão. Policial que convive com bandido é bandido também e não compactuamos. Se forem identificados mais

envolvidos eles serão presos e punidos com o rigor da lei. O monitoramento interno é um dever do sistema de Segurança e aqueles que tenham atitudes em desacordo com as normas não permanecerão na polícia", garantiu.

O delegado-geral de Polícia Civil, Lawrence Melo, explicou que está sendo feito um trabalho intenso para investigação dos crimes. "É uma investigação minuciosa que vem ocorrendo há alguns meses e agora teve uma etapa concluída, mostrando que a Segurança não é condescendente com a ilicitude", ressaltou.

O superintendente de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), delegado Leonardo Diniz, informou que as investigações foram iniciadas ainda no ano passado, quando foi

identificada a ligação dos policiais que estão presos com o desaparecimento dos outros dois militares e com o crime de tráfico de drogas. "Esses policiais estavam em conflito com a lei, envolvidos em um conjunto de graves crimes, que inviabilizam sua atuação na missão de segurar e salvar vidas", declarou o delegado Leonardo Diniz.

Durante a coletiva, o subcomandante da PM, coronel Jorge Luongo, destacou que o policiamento foi reforçado na cidade. "Estamos, desde então, reforçando o efetivo daquela área com apoio e monitoramento. Os envolvidos nesses atos ilícitos correspondem a uma minoria que não representa a corporação, e que serão punidos conforme seus atos", enfatizou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 1 / 06 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Mãe e filho são presos pela Senarc por tráfico de drogas em Timon

Em operação realizada pela Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc), na cidade de Timon/MA, foram presos Leila Maria Oliveira Santos Sousa, de 45 anos; e seu filho, Wallef Ruydeglan Santos Sousa, 24, como resultado do cumprimento de dois mandados de busca e apreensão. Um vasto material ilícito foi recolhido pelas equipes nas residências dos dois conduzidos, na manhã de ontem (31).

Na casa de Leila, disse o delegado Carlos Alessandro, titular da Senarc, os investigadores apreenderam cocaína, uma balança de precisão, dinheiro e outros objetos relacionados ao tráfico de drogas. Já na residência do

filho dela, um revólver calibre 38, com seis munições intactas; quatro projéteis intactos do mesmo calibre e 10 de calibre 380 foram encontrados pelos policiais civis. Ambos foram presos após meses de levantamentos feitos pelas equipes.

A mãe de Wallef, segundo o delegado, já é conhecida da polícia pela prática de crimes, tendo sido presa em 2008 na cidade de Imperatriz, por envolvimento em "saindhas bancárias". O seu filho, por sua vez, fora capturado em Timon, em 2015, por tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Ele também foi conduzido à delegacia em Teresina, capital do Piauí, quando portava um revólver. (NELSON MELO)



Leila Maria e seu filho, Wallef Ruydeglan, foram presos com drogas e arma em Timon

PF cumpre mandados judiciais contra suspeitos de fraudes na internet

NELSON MELO

Durante essa quarta-feira (31), a Polícia Federal (PF) deflagrou a "Operação Cracker", com o intuito de desarticular uma organização criminosa especializada em fraudes na internet. No decorrer das diligências, efetuadas nos estados do Tocantins e Maranhão, os investigadores da instituição deram cumprimento a 12 mandados de busca e apreensão, seis de condução coercitiva e três de prisão preventiva.

Foi relatado pela PF que o grupo criminoso agia clonando páginas de lojas virtuais, e, em seguida, fraudava dados bancários das

vítimas. Na sequência do esquema, os suspeitos realizavam transações comerciais com as informações que descobriam nas fraudes. Diante do que apuraram, 35 policiais se deslocaram aos endereços mencionados nos mandados de busca e apreensão, no Maranhão e no Tocantins, a fim de localizar os bandidos. No Tocantins, os policiais se concentraram nas cidades de Araguaína, Augustinópolis e Praia Norte. No que se refere ao território maranhense, as equipes atuaram em diligências no município de Imperatriz, na Região Tocantina. Os presos na "Operação Cracker" – nome que faz alusão à pessoa que pratica a quebra de um sistema de segurança de forma

ilegal ou sem ética – responderão por furto mediante fraude, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Em uma entrevista coletiva ocorrida em Imperatriz, o delegado da Polícia Federal Orlando Neves explicou que os criminosos "criavam páginas falsas com ofertas de eletroeletrônicos". No momento em que a vítima clicava nesses anúncios, geralmente de grandes lojas de departamento, os banners digitais eram redirecionados a uma página falsa. "Lá, a pessoa digitava todos os seus dados, efetuava o pagamento, mas eles conseguiam burlar o endereço, direcionando a compra para si", acrescentou a fonte.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Outros CHADERNO 2	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 1 / 06 / 2017	Página 1	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Policiais militares desaparecidos estavam envolvidos em crimes, garante cúpula da SSP

Dois outros PMs foram presos como suspeitos pelo sumiço do cabo César e do soldado Carlos Alberto, ocorrido em 17 de novembro de 2016



Cúpula da Secretaria de Segurança trata sobre as investigações, a prisão do tenente Issuel e do soldado Tiago Viana, além das buscas pelo soldado Glaydstone

LUCIENE VIEIRA

Na manhã de ontem (31), a cúpula da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão apresentou detalhes das investigações sobre o desaparecimento de dois policiais militares na cidade de Buriaticupu, em novembro do ano passado. Durante entrevista coletiva, no auditório da SSP, também foi tratado sobre a prisão de um tenente e um soldado, que teriam participação no sumiço do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa. Os representantes da SSP esclareceram que o crime está relacionado com diversas atividades criminosas, praticadas pelos militares desaparecidos e pelos dois presos, além de outro soldado que está foragido.

De acordo com o secretário Jefferson Portela, a natureza da investigação policial é a seguinte:

principalmente de investigação do envolvimento deles em ações ilícitas, como assaltos, extorsões, tráfico de drogas e desvio de conduta. Os dois policiais estão desaparecidos desde o dia 17 de novembro de 2016, o segundo Portela, a partir de fevereiro deste ano, a Polícia Civil estava pedindo a prisão temporária dos suspeitos, mas um juiz não entendeu que a matéria não era de competência da sua unidade jurisdicional, declinando da ação, e havendo a passagem de tempo da decisão de prisão em investigação.

PRISÃO DOS SUSPEITOS

Na manhã de terça-feira (20), o tenente Issuel Alves de Aguiar foi capturado em São Luis, e o soldado Tiago Viana Gonçalves em Bonfins das Neves, mesma cidade

em que de fora não são presos o soldado Glaydstone de Sousa Alves, que não foi localizado. Segundo o secretário Jefferson Portela, se Glaydstone de Sousa não aparecer nos próximos cinco dias ele será declarado deturdo da Polícia Militar. Issuel Alves e Tiago Viana estão presos no quartel do Comando Geral da PM, no Calhau. O inquérito ainda levará 30 dias para ser concluído, mas os dois militares, presos temporariamente, podem ser acusados pelo crime de homicídio qualificado, ocultação de cadáver, apropriação indébita e associação criminosa.

No entanto, eles não foram apresentados durante a coletiva. Conforme Jefferson Portela, isso não teria acontecido porque ainda é aguardada a captura do suspeito foragido para que seja feita a apresentação de todos três, em nova audiência pública no Auditório da

Secretaria de Segurança Pública, em um posto de comuniqueiros de Buriaticupu, após o cabo Júlio César ter levado de um veículo Toyota Corolla prata, 1.7, que era dirigido na época pelo coronel Marcos Lima, assessor-geral do Comando de Planejamento de Ações de Interoptimização, indicando que eles seriam acusados de um crime desconhecido e não autorizada pelo crime cometido.

Portela, comandante delegado Leonardo Diniz, titular da Superintendência de Homicídios e Poder de Polícia da SSP, não se pronunciou alguma vez sobre os dois militares que estão em seu exercício da prisão quando sumiram. Ainda segundo Leonardo Diniz, uma testemunha, que seria o coronel de Buriaticupu e o coronel do cabo Júlio César e do soldado Carlos



Conforme a SSP, o cabo César e o soldado Alberto estariam envolvidos em ações criminosas, o que pode ter levado ao desaparecimento deles dois.

Alberto, foi quem comunicou com eles buscar os veículos, sendo mas também foram juntos o tenente

e saiu em disparada. "No dia seguinte, Arceval foi ao quartel de Buriaticupu e perguntou, ao tenente e aos soldados, pela 'missão', recebendo como resposta que não existia missão alguma", detalhou o titular da SSP, afirmando que o depoimento dessa testemunha foi determinante para a certeza do envolvimento dos militares presos no caso.

De acordo com Leonardo do Nascimento Diniz, pelo menos 42itivas foram realizadas desde o início das investigações, durante os últimos seis meses. "Percebemos nas oitivas que existiram ameaças de morte dentro do próprio quartel de Buriaticupu", informou. Outra pista utilizada pela Polícia Civil foi por meio da última ligação feita para o telefone do soldado Alberto, que teria sido originada de um aparelho celular cujo chip pertencera a um homem com antecedentes criminais, e que só havia sido usado no último

momento e que, em um chip, em uma caixa de lata em frente ao quartel da PM daquele município. O titular da SSP, delegado Leonardo Diniz, disse ainda que a prisão dos suspeitos é apenas uma fase do procedimento. Há a motivação do desaparecimento e a localização dos corpos, conforme Diniz, ainda são questões investigadas e trabalhadas pela Polícia Civil.

Segundo o polícia, havia conflitos diversos entre os militares presos e os supostamente assassinados. Eles seriam integrantes de uma organização criminosa que atua com roubos, extorsões, ameaças, tráfico de drogas e apropriação de bens.

Participaram da entrevista coletiva o titular da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Jefferson Portela, o delegado-geral da Polícia Civil do Estado, Lawrence Melo Pereira, o subcomandante geral

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O CASO

No decorrer dos seis meses de desaparecimento dos policiais militares, outros fatos foram noticiados nos meios de comunicação relacionados ao caso, como o aparecimento de dois corpos na cidade de Arame, a localização de L200 pertencente ao soldado Alberto, também em Arame; e o envio de um crânio dentro de uma Hilux incendiada, nas proximidades de Pastos Bons e Nova Fátima.

RESTOS MORTAIS

Na manhã do dia 22 de novembro, perto das 11h, a Central de Operações da

PM (Copom) recebeu uma informação de que dois corpos foram achados às margens de uma estrada vicinal, na cidade de Arame. Porém, equipes do Cpa3 deslocadas ao local não encontraram nenhum cadáver. As buscas aos PMs desaparecidos continuaram, com uma grande quantidade de policiais de várias cidades participando das incursões, como Marcos Lima ressaltou naquele momento.

LOCALIZAÇÃO DA L200

Dois após o sumiço dos PMs, denúncias anônimas levaram as forças policiais ao Assentamento

Siquel, situado no município de Arame. Em um trecho do local, foi encontrada a L200 presa do soldado Alberto, mas nada que pudesse sugerir para onde os dois policiais teriam ido teria sido detectado no caso.

PRISÃO DE SUSPEITO

Em 18 de dezembro do mesmo ano, o coronel Pereira, comandante geral da Polícia Militar, anunciou que uma pessoa havia sido presa por suspeita de participação no caso, com possibilidade de que o conduto também pudesse repassar informações valiosas sobre o paradeiro dos PMs. No entanto, foram constatado que o interrogado não tinha relação

com o desaparecimento dos policiais.

CAMINHONETE QUEIMADA

Um veículo modelo Hilux foi encontrado queimado dentro de um mangal, na área de uma fazenda situada entre Pastos Bons e Nova Fátima, no município de Arame, na manhã do dia 17 de janeiro deste ano. No interior da caminhonete, peritos do Instituto de Criminalística (Ictm) recolheram um tráfego binário. Houve rumores de que o caso localizaram seria pertencente a um dos policiais desaparecidos, mas nada foi confirmado ou esclarecido.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA		
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder			
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
DATA 01 / 06 / 2017	Página 04	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa		

Militares são presos por desaparecimento de PMs em Buriticupu

Seis meses depois do sumiço do cabo Júlio e do soldado Alberto, polícia conclui inquérito e aponta três colegas de farda da vítima como suspeitos

ISMAEL ARAÚJO
Da redação da Polícia

Mais de seis meses depois do desaparecimento do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino Sousa, ambos da Polícia Militar, ocorrido no dia 17 de novembro do ano passado, na cidade de Buriticupu, a Polícia Civil chegou à conclusão da participação, no caso, de militares que fazem parte de uma organização criminosa, suspeita de cometer crimes de extorsão, ameaça, roubo e apropriação indevida na região de Buriticupu. Isso foi o resultado do inquérito instaurado pela Superintendência Estadual de Homocídios e Proteção a Pessoas (SHPP), que transcorreu em segundo de Justiça.

O tenente Josuel Alves de Aguiar e o soldado Tiago Viana Gonçalves foram presos por ordem judicial expedida pelo juiz militar, Nelson Melo. Os dois são suspeitos da partícipe dessa ação criminosa. Ainda ontem, a polícia estava tentando prender mais um integrante desse bando, o soldado Gladstone de Sousa, que está foragido, mas tem um prazo de cinco dias para se apresentar à polícia. Caso ele não o faça, será considerado desertor militar.

Essas informações foram divulgadas ontem pelo secretário de Segurança Pública, delegado Jefferson Pereira, durante coletiva na sede da Secretaria de Segurança Pública, na Vila Palmariz. O subcomandante da Polícia Militar, coronel Jorge Luongo, o delegado-geral da Polícia Civil, Laurimar Melo, o superintendente Estadual de Homocídios e Proteção a Pessoas (SHPP), delegado Leonardo Diniz, e o coordenador-geral do sistema de segurança, Fernando de Moura, também participaram do encontro com jornalistas.

No dia do desaparecimento, esses militares estavam realizando uma missão oficial, afirmou Jefferson Pereira. O segundo explicou que o cabo Júlio e o soldado Alberto estavam sendo investigados pela Superintendência de Homocídios e Proteção a Pessoas (SHPP). Os outros militares também eram atos da Polícia Civil.

Portei garantiu que no dia do desaparecimento os dois militares teriam sido confundidos pelos suspeitos para não buscar um caminhão, durante a operação. Os dois veículos foram denominados como "Bolsão" e "Jirine", para não despertar suspeita. Esses veículos também estavam envolvidos em uma apropriação indevida de uma caçamba, que posteriormente seria utilizada para o crime de extorsão.

Investigação

O delegado Leonardo Diniz informou que no primeiro momento o



Tenente Josuel Alves, soldado Tiago Viana já estão presos e soldado Gladstone que está sendo procurado

SAIBA MAIS

Desaparecimento em 17 de novembro

O cabo César e soldado Alberto foram vistos pela última vez no dia 17 de novembro do ano passado, na cidade de Buriticupu. Desde então, não houve mais qualquer notícia sobre eles. De acordo com testemunhas, os dois policiais foram vistos naquele dia em uma L. 200 Triton de cor preta, que era do soldado Alberto.

indo em direção ao município de Aramé. No dia do desaparecimento, Carlos Alberto se apresentou às 8h na 14ª Companhia Independente da Polícia Militar, mas saiu mais cedo. Já o cabo Júlio César da Luz Pereira era lotado no município de Estreito, mas estava de licença médica e, por isso, morava em Buriticupu.

cinco dias, vai ser considerado como desertor militar.

O coronel explicou que foi aberto um processo administrativo para apurar se há outros militares envolvidos nesse esquema. Ele garantiu que estão sendo investigados os oficiais que comandam as companhias e os batalhões da região de Buriticupu.

Mortos

"Em relação à quantidade de dias do desaparecimento dos militares, há possibilidade de eles estarem mortos", afirmou o delegado Nilmar da Gama. Ele disse que a Polícia Judiciária fez seu papel e conseguiu prender alguns suspeitos. Segundo ele, o trabalho, no momento, visa encontrar os corpos das vítimas e também esclarecer a motivação desse crime.

Nilmar da Gama informou ainda que, durante o primeiro momento da investigação, foram analisados mais de 40 pessoas, entre essas muitas são suspeitos. O inquérito policial, com três volumes, já foi remetido para a Justiça Militar. Os suspeitos vão responder por crimes de homicídio doloso, ocultação de cadáver e associação criminosa. Em seus depoimentos, o tenente Josuel Alves de Aguiar e o soldado Tiago Viana Gonçalves garantiram que não tiveram participação nesse caso e que não teriam mantido contato com os desaparecidos nesse dia.

Dor

"Ainda vivemos sentindo a dor da perda do nosso parente", declarou a filha do cabo César, identificada como Emilly Pereira, ontem, à Rádio Mirante AM. Ela disse ainda que os suspeitos ainda oferecem uma tirante de farda para a sua família depois do desaparecimento do seu pai.

Ainda de acordo com Emilly Pereira, essa família teve que se mudar de Buriticupu para Imperatriz, devido ao clima de medo e às ameaças dos suspeitos. No momento, a família almeja que a justiça seja feita e os suspeitos possam ser penalizados pelo crime que cometeram. ●

Alarme dispara e frustra assalto a agência bancária

Bandidos chegaram a arrombar a agência em Paulo Ramos, mas fugiram ao ouvir o alarme

Bandidos atacaram ontem mais um banco no interior do estado. Desta vez, o alvo foi o Bradesco da cidade de Paulo Ramos. Ainda segundo a polícia, essa ação criminosa acabou frustrada, já que o alarme da agência disparou e o bando fugiu, deixando um funcionário do banco, que tinha sido feito refém. Segundo informações do Sindicato dos Bancários, 10 ocorrências, entre assaltos a banco, explosão e tentativas, ocorreram este ano no Maranhão.

A porta da frente do banco em Paulo Ramos amanheceu ontem com sinais de arrombamento. A polícia encontrou dentro da agência uma sacola contendo um maquiagem e um botijão de gás. O funciona-

mento do banco não foi prejudicado durante o dia de ontem.

O delegado Thiago Bardal, da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), disse que a ação ocorreu durante a madrugada de ontem. Segundo ele, os criminosos conseguiram arrombar a porta, mas quando estavam dentro da agência o alarme foi acionado.

O grupo criminoso, com receio de ser preso, fugiu deixando o material que seria utilizado no assalto.

Refém

Ha informações de que os criminosos, antes da ação, teriam feito um funcionário do banco nome não revelado, refém. ●

ENTENDA

Ocorrências em bancos este ano

- Dia 28 de janeiro:** Explosão do Banco do Brasil em Tuntum
- Dia 1º de fevereiro:** Explosão do Banco do Brasil em Bom Jardim
- Dia 14 de fevereiro:** Assalto ao Bradesco em Paratiba
- Dia 7 de março:** Tentativa de assalto ao Banco do Brasil e Bradesco em Santa Luzia
- Dia 15 de março:** Assalto ao

- Bradesco em Vargem Grande
- Dia 17 de abril:** Assalto ao Bradesco em Imperatriz
- Dia 4 de maio:** Explosão do Bradesco em Belágua
- Dia 8 de maio:** Explosão do Bradesco em Itinga
- Dia 31 de maio:** Tentativa de assalto ao Bradesco em Paulo Ramos

Tribunal do Júri programa sessões para este mês

Vinte e oito pessoas são julgadas nas quatro varas que funcionam no Fórum Saneay Costa

Vinte e oito pessoas serão julgadas este mês pelo Tribunal do Júri de São Luís, no Fórum Desembargador Saneay Costa, no Calhau, pelos crimes contra a vida, incluindo assassinato e tentativa de homicídio.

Somente na 1ª Vara do Tribunal do Júri serão cinco julgamentos. As sessões terão início a partir do dia 12, com o réu Francisco Chagas Nogueira e William de Jesus Santos (vítima: Antônio Marcos Costa Leite) no dia 19, vai ser julgado Josias Bilela da Costa; dia 21, Marcel Resende de Mendes Bezerra, dia 23, Adalberto de Assunção Santos e dia 26, Michael Sarah Galvão.

A 2ª Vara do Tribunal do Júri julga hoje os acusados Anderson Roberto Gama e Ronaldo de Nonato Santos Filho pela morte de Cláudio Moraes Viana, no dia 5, o réu e julgamento de Nelson Marques de Jesus Cardoso Filho, no dia 9, será a vez de Leandro Moraes Barbosa, no dia 12, Clayton Cardoso Sousa, dia 14, Jurleilton Ribeiro; dia 19, José Nilton dos Santos Mendes, dia 21, Rafael Richardson Lopes Carvalho; dia 23, Fernando Douglas Mota; dia 26, Luís Fernando Nogueira dos Cardoso; dia 28, Marciano Santos Cabral e Rodrigo Henrique Silva Ribente e Sérgio Adriano Ferreira Silva. ●

Polícia desarticula golpe e compre mandados no MA

Criminosos aplicavam golpes virtuais usando empresas de departamento em clientes que compravam pela internet; uma pessoa foi presa em Imperatriz

A Polícia Federal comprou ontem 21 mandados judiciais, entre prisão preventiva e busca e apreensão em Imperatriz, no Maranhão, e Aracaju, no Sergipe, e Praia Norte, no Tocantins, durante a operação Cracknet. O objetivo desse trabalho foi desarticular um grupo criminoso acusado de aplicar golpes virtuais em clientes de lojas de departamentos e que

chegou a faturar R\$ 10 mil por semana. Uma pessoa foi presa em Imperatriz.

Os nomes dos presos não foram revelados pela Polícia Federal, mas o delegado da instituição Orlando Neves declarou que os criminosos faziam páginas falsas com ofertas de eletrodomésticos e quando a vítima ligava nessas páginas, a

informação de grandes lojas de departamento, era redirecionada a uma página falsa. Em seguida, o criminoso digitava todos os dados da vítima. Quando a pessoa efetuava o pagamento, o criminoso conseguia burlar o endereço e direcionava a compra para si.

O delegado informou ainda que a investigação começou a partir de

uma denúncia anônima. Ontem, dos 21 mandados judiciais cumpridos, três foram de prisão preventiva, sendo duas em Aracaju e uma em Praia Norte. Das seis condenações coercitivas, quatro foram executadas em Aracaju, uma em Praia Norte e uma em Imperatriz. Foram cumpridos também dez mandados de busca e apreensão.

Orlando disse que as investigações vão continuar, com o propósito de desmontar se houve fraudes bancárias com os dados inseridos pelas vítimas durante o pagamento dos produtos. A polícia, durante a investigação, constatou que os acusados agiam em hotéis e em posto de combustíveis da cidade de Aracaju, no Sergipe. ●

Delegados morrem em casa de eventos

Um dos policiais comandava a investigação sobre a morte de Teori Zavascki, relator da Lava Jato

FLORIANÓPOLIS

Dois policiais federais foram mortos a tiros em Florianópolis na madrugada de ontem, em uma casa alugada. Uma terceira pessoa também foi baleada.

Adriano Antonio Soares em delegado-chefe da Polícia Federal em Aracaju dos Reis e responsável pela investigação do acidente aéreo que causou a morte do ministro Teori

Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele e Escobar foi delegado em Vila Redonda por dois anos.

Os policiais estavam em uma casa noturna, no Pólo Ademar, no bairro Estreito, região continental da capital catarinense. De acordo com a Polícia Federal, ocorreram um desmembramento.

lntep2 em estado.ma.com.br/429121



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 1 / 6 / 2017	Página 7	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

PF cumpre mandados judiciais contra suspeitos de fraudes na internet

Durante esta quarta-feira (31), a Polícia Federal (PF) deflagrou a "Operação Cracker", com o intuito de desarticular uma organização criminosa especializada em fraudes na internet. No decorrer das diligências, que ocorreram nos estados do Tocantins e Maranhão, os investigadores da instituição deram cumprimento a 12 mandados de busca e apreensão, 6 de condução coercitiva e 3 de prisão preventiva.

Foi relatado pela PF que o grupo criminoso agia clonando páginas de lojas virtuais, e, em seguida, fraudava dados bancários das vítimas. Na sequência do esquema, os suspeitos realizavam transações comerciais com as informações que descobriam nas fraudes. Diante do que apuraram, 35 policiais se deslocaram aos endereços mencionados nos mandados de busca e apreensão, no Maranhão e no Tocantins, a fim de localizar os bandidos.